



Filipe Nyusi protege corrupção a nível central e ataca governos provinciais e autarquias

- Presidente da República diz que fica preocupado quando edis e directores são acusados de corrupção e fala do medo da fiscalização e das auditorias nos órgãos de governação descentralizada. Mas ele próprio nunca mandou auditar os programas implementados pelo Governo central e que envolvem centenas de milhões de dólares, como o Sustenta e o programa de construção e reabilitação de sanitários escolares no âmbito de prevenção da Covid-19. Os indícios de corrupção nos dois programas que há muito que justificam auditorias independentes.

- O escândalo das “dívidas ocultas”, cujo julgamento é marcado por várias citações do seu nome enquanto Ministro da Defesa Nacional, é um caso de corrupção envolvendo membros do Governo central. Aliás, Filipe Nyusi foi citado pela Privinvest como tendo recebido um milhão de dólares da Privinvest para financiar a sua campanha eleitoral nas presidenciais de 2014. Por tanto, se o Presidente da República não quer assistir passivamente o nosso País a ser “catalogado como terra de corruptos”, como bem disse, que seja o primeiro a dar exemplos de comprometimento na luta contra a corrupção.

Na quarta-feira, 25 de Agosto, enquanto o julgamento do Processo N° 18/2019-C que investiga o maior escândalo financeiro em Moçambique ia no seu terceiro dia, o Presidente da República dirigia o primeiro Conselho Nacional de Coordenação entre os Órgãos de Governação Descentralizada e sectores do Governo central. O combate à corrupção foi a principal mensagem que Filipe Nyusi deixou para os governadores das províncias, secretários de Estado e os presidentes das autarquias.

O Presidente da República disse que em 2020 foram instaurados mais de 1.200 processos relacionados com a corrupção, um aumento de cerca de 300 processos em relação a 2019. “Fico muito preocupado quando são acusados edis, directores. Em alguns casos fica claro que se trata de falta de procedimentos, ausência de supervisão, fiscalização ou contratos mal elaborados. Alguns são mesmo mal elaborados, mas outros são viciados”¹, disse Filipe Nyusi. E não parou por aqui: “não tenham medo das auditorias, nem que sejam internas. Não tenham medo da fiscalização. Você dorme tranquilo quando percebe que há quem veio à tua casa, vasculhou e viu que está limpa. Você dorme tranquilo. Não podemos assistir passivamente a nossa província e o nosso País a serem catalogados como terra de corruptos”².

Ora, a forma como o Presidente da República abordou a corrupção deixa a falsa ideia de que se trata de um problema que afecta apenas os órgãos de governação descentralizada. Não é verdade. A corrupção é um problema que está enraizado em Moçambique, tanto no Governo central quanto nos órgãos de governação descentralizada. Na verdade, os grandes casos de corrupção que atrasam o desenvolvimento de Moçambique sempre foram cometidos por dirigentes do Governo

central. É aqui onde reside o maior problema. E não nos órgãos de governação descentralizada, como tentou insinuar Filipe Nyusi.

Por exemplo, o escândalo das “dívidas ocultas” é um caso que envolve dirigentes de nível central do Estado, com destaque para membros do Governo. Aliás, o actual Presidente da República esteve envolvido nos trabalhos do projecto de protecção da zona económica exclusiva, quando era Ministro da Defesa Nacional, entre 2008 e 2014. Nos primeiros cinco dias do julgamento que decorre na Cadeia de Máxima Segurança, seu nome foi dos mais citados, embora o juiz da causa, a representante do Ministério Público e a assistência (Ordem dos Advogados de Moçambique) evitassem sempre pronunciar Filipe Nyusi e usassem as referências “Ministro da Defesa Nacional”, “antigo Ministro da Defesa Nacional”, “então Ministro da Defesa Nacional”, “Ministro da Defesa Nacional à data dos factos” e “actual Presidente da República”.

Na qualidade de Ministro da Defesa Nacional, Filipe Nyusi participou em muitas reuniões em que foram discutidos assuntos relacionados com o projecto de protecção da zona económica exclusiva. Tanto na Presidência da República, como no Ministério da Defesa Nacional, onde ele liderava os encontros. E tomou várias decisões durante o processo, algumas escritas e outras verbais. Por exemplo, Teófilo Nhangumele, segundo réu ouvido no julgamento do escândalo das “dívidas ocultas”, disse que foi o então Ministro da Defesa Nacional que o informou que devia cessar a sua participação no projecto sob a alegação de que não fazia parte das Forças de Defesa e Segurança.

Ainda na sua capacidade de Ministro da Defesa Nacional, Filipe Nyusi assinou documentos, como atesta uma carta de 13 de Janeiro de 2014, na qual pede ao Ministro das Finanças a apreciação e aprova-

ção da proposta de contrato de concessão que seria assinado entre o Governo e a ProIndicus, bem como a proposta de diploma ministerial destinada à consignação de receitas a favor do INAMAR (Instituto Nacional da Marinha), para que seja esta entidade a custear as despesas decorrentes do exercício da actividade de protecção costeira.

Além do seu papel activo no processo, Filipe Nyusi foi citado como tendo recebido um milhão de dólares da Privinvest para apoiar a sua campanha eleitoral nas presidenciais de 2014. “Nuy é o actual Presidente de Moçambique, Filipe Jacinto Nyusi. Pagamos-lhe um milhão de dólares como contribuição para a sua campanha eleitoral. Acho que era em Maio de 2014, por essa altura já sabíamos qual era a dimensão dos projetos em Moçambique. Era, também, a campanha do futuro Presidente Filipe Nyusi, para a qual contribuimos”³, disse Jean Boustani, gestor da Privinvest, durante o julgamento nos Estados Unidos da América, em Novembro de 2019.

Boustani, que foi ilibado pela justiça norte-americana, disse em tribunal que o dinheiro para Nyusi foi enviado para uma empresa chamada Sunflower International, com sede em Abu Dhabi. Em Maio último, o Tribunal Superior de Londres autorizou as empresas do grupo Privinvest e seu proprietário, Iskandar Safa, a notificarem o Presidente da República no âmbito do processo cível relacionado com as “dívidas ocultas” movido pela Procuradoria-Geral da República (PGR). Nesse processo movido contra entidades e executivos do Credit Suisse (credor das “dívidas ocultas”) e do Privinvest (fornecedor de equipamentos), a PGR pede a anulação da dívida de 622 milhões de dólares da ProIndicus e uma indemnização que cubra os prejuízos do Estado moçambicano decorrentes do escândalo financeiro.

Em Moçambique, a audição de Filipe

¹ <https://www.opais.co.mz/nyusi-desafia-dirigentes-a-combaterem-corrupcao-na-funcao-publica/>

² <https://www.opais.co.mz/nyusi-desafia-dirigentes-a-combaterem-corrupcao-na-funcao-publica/>

³ <https://www.voaportugues.com/a/d%C3%ADvidas-ocultas-filipe-nyusi-recebeu-um-milh%C3%A3o-de-d%C3%B3lares-diz-jean-boustani/5174964.html>

Nyusi no julgamento do escândalo das “dívidas ocultas” foi requerida por António Carlos do Rosário (um dos três réus que são oficiais superiores dos serviços secretos – SISE), mas o tribunal indeferiu o pedido.

Além do caso das “dívidas ocultas”, a governação de Filipe Nyusi tem estado a ser marcado por casos de corrupção envolvendo dirigentes de órgãos centrais do Estado. Mais do que exortar os dirigentes dos órgãos de governação descentralizada para não temerem a fiscalização e as auditorias, o Presidente da República deveria liderar por exemplo, mandando auditar programas do Governo central que apresentam indícios de corrupção. Por exemplo, o Sustenta, um programa agrário que envolve centenas de milhões de dólares, nunca foi submetido ao debate público, muito menos à apreciação da Assembleia da República. Não há fiscaliza-

ção, muito menos auditorias. O fiscal do Sustenta é o próprio Governo, na pessoa do Ministro da Agricultura e Desenvolvimento Rural, Celso Correia, amigo pessoal do Presidente da República.

O Presidente da República devia também mandar auditar os milhões de dólares que foram alocados para a construção e reabilitação de sanitários escolares e abertura de furos de água no âmbito da prevenção da Covid-19 no sector da Educação. A forma como foi feita a selecção das empresas de construção civil e a fixação dos orçamentos revelam indícios bastantes de corrupção. Em todas as províncias, há relatos de obras abandonadas, obras executadas sem fiscalização, obras sem qualidade e rejeitadas pelas autoridades locais. É importante dizer que a selecção de empreiteiros e de empresas de fiscalização foi feita a nível central, nomeadamente pelo Ministério das Obras

Públicas, Habitação e Recursos Hídricos. Uma nota interessante é que este Ministério é dirigido por Osvaldo João Machatine, figura muito próxima ao Presidente da República.

Por tanto, a forma como o Governo central está a gerir o Sustenta e a construção e reabilitação de sanitários escolares no âmbito da prevenção da Covid-19, dois programas que envolvem centenas de milhões de dólares, é que concorre para colocar Moçambique como um dos países mais corruptos do mundo, de uma lista de 160 avaliados, segundo um estudo citado pelo próprio Presidente da República. Como bem disse Filipe Nyusi, a corrupção descredibiliza Moçambique e retarda o seu desenvolvimento. Mas não é a corrupção praticada ao nível dos órgãos de governação descentralizada. É a corrupção praticada ao nível do Governo central. O combate deve começar por aqui.



INFORMAÇÃO EDITORIAL:

Propriedade: CDD – Centro para Democracia e Desenvolvimento
Director: Prof. Adriano Nuvunga
Editor: Emídio Beula
Autor: Emídio Beula
Equipa Técnica: Emídio Beula, Ilídio Nhantumbo, Isabel Macamo, Julião Matsinhe, e Ligia Nkavando.
Layout: CDD

Contacto:
 Rua de Dar-Es-Salaam Nº 279, Bairro da Sommerschild, Cidade de Maputo.
 Telefone: +258 21 085 797

CDD_moz
E-mail: info@cddmoz.org
Website: http://www.cddmoz.org

PARCEIRO PROGRAMÁTICO



PARCEIROS DE FINANCIAMENTO

